

Textos para Discussão

Fundação João Pinheiro

**Perfil dos prefeitos eleitos e evolução de iniciativas de
inclusão digital entre 2009 e 2012**

Simone Cristina Dufloth
Coordenadora

Versão preliminar

Belo Horizonte, setembro de 2017

TEXTO PARA DISCUSSÃO n.7

Versão preliminar

Perfil dos prefeitos eleitos e evolução de iniciativas de inclusão digital entre 2009 e 2012

Simone Cristina Dufloth
Coordenadora

Belo Horizonte
Setembro 2017

TEXTO PARA DISCUSSÃO

São textos que visam divulgar trabalhos preliminares desenvolvidos pela FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). Possuem o objetivo de compartilhar ideias e obter comentários, críticas e sugestões.

A FJP não possui os direitos autorais dos textos, que permanecem sendo propriedade e refletindo exclusivamente a opinião dos autores.

Termo de outorga e aceitação de auxílio à pesquisa firmado entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), e a Fundação João Pinheiro (FJP) para realização do projeto "Análise do perfil dos prefeitos eleitos em relação às principais características das políticas de inclusão digital dos governos municipais em 2009 e 2012" (CSA – BIP – 00386-16 – Edital 03/2016 – Bolsa de Incentivo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico, destinada a servidor público estadual).

Todos os direitos reservados.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, por qualquer meio, desde que citada a fonte.
Disponível também em: <www.fjp.mg.gov.br>

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Alameda das Acácias, 70 – Bairro São Luiz – Pampulha Belo Horizonte – Minas Gerais CEP 31275.150
Telefones: (31) 3448-9580 e 3448-9561
www.fjp.mg.gov.br - e-mail: comunicacao@fjp.mg.gov.br

RESUMO

O estudo aqui apresentado correlaciona as características dos prefeitos eleitos em 2008 e as principais iniciativas de inclusão digital, inseridas dentro das políticas adotadas pelos governos municipais no mandato 2009/2012. Trata-se de uma pesquisa quantitativa a partir da análise de dados secundários provenientes das bases de dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais dos anos de 2009 e de 2012, do IBGE. O estudo envolveu uma análise comparativa de forma a buscar correlação entre as variáveis analisadas com vistas aos objetivos pretendidos. Os resultados identificam relação entre o perfil etário e as iniciativas de inclusão digital, especialmente favorável para os prefeitos da geração Y. As demais características de perfil de prefeitos não apresentaram relação de influência com as iniciativas de inclusão digital dos municípios.

Palavras-chave: perfil de prefeitos; iniciativas de inclusão digital; políticas públicas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	3
2	SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E GOVERNO ELETRÔNICO E INCLUSÃO DIGITAL: CONCEITOS E PERSPECTIVAS PRELIMINARES.....	3
	2.1. Trajetória evolutiva das políticas de inclusão digital no Brasil	8
3	O PODER EXECUTIVO LOCAL E AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS PREFEITOS.....	13
	3.1. Características dos Prefeitos	14
	3.1.1. Reflexos das gerações no perfil dos prefeitos.....	14
	3.1.2. Reflexos da formação educacional no perfil dos prefeitos	16
4.	METODOLOGIA.....	18
5.	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA	19
	5.1. Considerações iniciais, encaminhamentos metodológicos, principais resultados e limitações da pesquisa.....	19
	5.2. Principais características de perfil dos prefeitos eleitos em 2008, a saber: (a) escolaridade e (b) idade a partir da base de dados da Pesquisa Informações Básicas Municipais de 2009 e 2012.....	23
	5.3. Principais iniciativas relacionadas às políticas de inclusão digital dos municípios brasileiros nos anos de 2009 e de 2012 a partir das informações disponibilizadas pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE	24
	5.4. Índícios de evolução, estagnação ou involução nas principais iniciativas de inclusão digital presentes nos municípios brasileiros nos anos de 2009 e 2012 a partir da análise comparativa dos dados dos respectivos anos.....	29
	5.5. Quadro comparativo entre as características dos perfis dos prefeitos eleitos e os índícios de evolução das políticas de inclusão digital dos municípios	30
6.	REFERÊNCIAS	34

1. INTRODUÇÃO

O estudo aqui apresentado correlaciona as características dos prefeitos eleitos em 2008, especificamente, no que se refere à sua faixa etária e sua escolaridade e as principais iniciativas de inclusão digital inseridas dentro das políticas adotadas pelos governos municipais no mandato 2009/2012.

Pesquisa de Informações Básicas Municipais, produzida e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresenta para os anos de 2009 e 2012 informações que detalham aspectos das políticas de inclusão digital adotadas pelos governos municipais. Buscou-se a partir desses dados identificar, para os anos de 2009 e 2012, variáveis presentes em ambos os anos que pudessem estabelecer parâmetros de comparação sobre a evolução das iniciativas voltadas à inclusão digital nos municípios estudados. Foram identificados os seguintes parâmetros disponibilizados, tanto em 2009, quanto em 2012: (a) a prefeitura desenvolve política ou plano de inclusão digital; (b) a página na internet da prefeitura é acessível a pessoas com deficiência; (c) registra-se a criação de telecentros; (d) existem computadores com acesso à internet disponibilizados para uso do público em geral; (e) as informações e serviços de inúmeros órgãos públicos são disponibilizados em quiosque ou balcão informatizado; (f) existem computadores na rede pública municipal de ensino com acesso à internet; (g) existem ações implementadas em parceria com Governo Federal; (h) existem ações implementadas são realizadas por iniciativa exclusiva da prefeitura.

O presente estudo considerou que as características de comunicação e informática detectadas pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE traziam informações capazes de identificar a existência ações governamentais indicativas de iniciativas inclusão digital no primeiro ano do mandato do governante eleito (2009) e no último ano do seu mandato como prefeito (2012). A presente pesquisa correlacionou essas informações com as características de perfil dos prefeitos eleitos em 2008 e com mandato para o período de janeiro de 2009 a dezembro de 2012.

Dentro desse estudo, buscou-se responder o seguinte problema de pesquisa: Existe correlação entre as características do perfil dos chefes do poder executivo municipal no que se refere à faixa etária e escolaridade em relação às características das políticas de inclusão digital, apresentadas pela Pesquisa de Informações Básicas

Municipais do IBGE, correspondentes aos anos do primeiro e do último ano do mandato do governante municipal eleito em 2008?

Para responder essa questão o estudo apresentou, pois, o seguinte objetivo geral: analisar a existência de possível correlação entre o perfil dos prefeitos eleitos em 2008, com mandato para o período de janeiro de 2009 a dezembro de 2012, no que se refere a faixa etária e escolaridade e as principais características das políticas de inclusão digital presentes nos municípios brasileiros a partir das informações disponibilizadas pela Pesquisa Informações Básicas Municipais, do primeiro e do último ano de mandato do governo.

Especificamente, os objetivos da pesquisa foram os seguintes:

1) Identificar as características de perfil dos prefeitos eleitos em 2008, a saber: (a) idade e (b) escolaridade a partir da base de dados da Pesquisa Informações Básicas Municipais; 2) Identificar as principais iniciativas relacionadas às políticas de inclusão digital dos municípios brasileiros nos anos de 2009 e de 2012 a partir das informações disponibilizadas pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE, a saber: (a) a prefeitura desenvolve política ou plano de inclusão digital; (b) a página na internet da prefeitura é acessível a pessoas com deficiência; (c) registra-se a criação de telecentros; (d) existem computadores com acesso à internet disponibilizados para uso do público em geral; (e) as informações e serviços de inúmeros órgãos públicos são disponibilizados em quiosque ou balcão informatizado; (f) existem computadores na rede pública municipal de ensino com acesso à internet; (g) existem ações implementadas em parceria com Governo Federal; (h) existem ações implementadas são realizadas por iniciativa exclusiva da prefeitura;

c) Identificar a existência de indícios de evolução, estagnação ou involução nas principais iniciativas de inclusão digital presentes nos municípios brasileiros nos anos de 2009 e 2012 a partir da análise comparativa dos dados dos respectivos anos.

d) Estabelecer um quadro comparativo do quantitativo de municípios brasileiros, que correlacione as características dos perfis dos prefeitos eleitos em 2008 e os indícios de evolução, estagnação ou involução das políticas de inclusão digital dos municípios, apuradas no primeiro e o último ano do mandato dos respectivos prefeitos eleitos, ou seja, nos anos de 2009 e 2012.

Em uma breve leitura do arcabouço teórico de fundamentação ao trabalho, destacam-se conceitos sobre sociedade da informação e do conhecimento, governo eletrônico e inclusão digital, além de aspectos conceituais e legais relativos ao papel do poder executivo municipal e de seu principal representante.

2. SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E GOVERNO ELETRÔNICO E INCLUSÃO DIGITAL: CONCEITOS E PERSPECTIVAS PRELIMINARES

Com o súbito e crescente incremento de equipamentos tecnológicos ao longo dos últimos anos, surgiram novos meios de interação social no ambiente virtual. A abundância e a instantaneidade da informação trouxeram formas insólitas de conhecimento, que propiciam de várias maneiras avanços no desenvolvimento socioeconômico das mais diversas localidades do globo.

Aos recursos tecnológicos responsáveis por promover essas interações, dá-se a denominação tecnologias de informação e comunicação (TIC). Elas são usadas a fim de aperfeiçoar processos nas esferas política, educacional, científica, industrial, dentre outras. Podem ser compreendidas, dessa forma, como a Internet em si, as redes sem fio, os telefones celulares, e os demais modos de comunicação que trazem contribuições para a sociedade. Com o desenvolvimento das TIC, emergiram profundas transformações, que envolveram não apenas a dimensão tecnológica e econômica, mas também aspectos socioculturais, políticos e institucionais das sociedades e que atingiram e ainda atingem, em graus diferenciados, todos os países e regiões do mundo.

Em meio a essas transformações de grande amplitude, em intensidade e abrangência, observam-se diferentes níveis de avanços tecnológicos, que trouxeram configurações heterogêneas para a sociedade da informação e do conhecimento. Nesse contexto evolutivo, as tecnologias se configuraram em uma das variáveis impulsionadoras para o desenvolvimento da sociedade e devem ser ampliadas e disseminadas.

Todavia, é importante ressaltar que a expansão tecnológica acarretou, também, uma segregação no que concerne ao universo digital. Em decorrência de uma multiplicidade de variáveis, como carência de infraestrutura e baixa renda, milhões de pessoas ainda não possuem acesso à Internet, e, conseqüentemente, aos benefícios que ela pode trazer às vidas dos cidadãos em numerosos e multifacetados contextos, em dimensões individuais e comunitárias. Sendo assim, é a partir das tentativas de

inserção de mais e mais pessoas no campo virtual, no intuito de se construir iniciativas promotoras da inclusão social em vez de acirrar fossos de desigualdades, que surge o conceito de inclusão digital.

A sociedade da informação e do conhecimento se configurou a partir das profundas transformações impulsionadas pelos avanços nas áreas de informática e telecomunicações que influenciaram mundialmente a economia e a sociedade atual em que pesem à diversificação e à ampliação da aplicação e uso das novas tecnologias da informação e das comunicações (TIC's), bem como à expressiva velocidade de suas mudanças decorrentes da intensificação do seu processo evolutivo de inovação e atualização.

Esse cenário, em que foram inseridas ferramentas essenciais para a sociedade, tais como o computador, internet, aparelhos e equipamentos de telecomunicações, emergiram profundas transformações, que envolveram não apenas a dimensão tecnológica e econômica, mas também aspectos socioculturais, políticos e institucionais das sociedades que atingiram e ainda atingem, em graus diferenciados, todos os países e regiões do mundo.

Em meio a essas transformações de grande amplitude, em intensidade e abrangência, observam-se diferentes níveis de avanços tecnológicos, que trouxeram configurações heterogêneas para a sociedade da informação e do conhecimento. Nesse contexto evolutivo, as tecnologias se configuraram em uma das variáveis impulsionadoras para o desenvolvimento da sociedade e devem ser ampliadas e disseminadas no intuito de se construir iniciativas promotoras da inclusão social ao invés de acirrar fossos de desigualdades.

Assim, segundo Baggio (2000, p. 16)

o mundo da tecnologia também se configura como uma forma de inclusão social. A aprendizagem da informática e o acesso às novas linguagens de comunicação e informação não só possibilitam oportunidades econômicas, de geração de renda, como também representam um importante capital social. A informática também representa uma atração irresistível para os jovens que vivem em comunidades pobres. Aliada ao aprendizado de noções de direitos humanos e ecologia, então, criam-se maiores oportunidades para as crianças e adolescentes, beneficiando, simultaneamente, as suas famílias e comunidades.

O conceito de inclusão social se direciona, dentro do contexto do desenvolvimento tecnológico para o conceito de inclusão digital. Segundo Pereira (2007, p. 2) “a definição do termo inclusão digital, ainda é muito vaga por englobar o uso das ferramentas tecnológicas, educação, trabalho, lazer e articular diversas áreas de interesse.” Nessa dimensão, Jambreiro e Pereira (*apud* Pereira, 2007, p. 2) definem o termo como a “habilitação do indivíduo para realizar-se social, cultural e economicamente também pelo domínio dos aparatos tecnológicos conquistados pela sociedade e seu uso na consecução de informações que lhe sejam úteis”. Segundo Silva *apud* Pereira (2007) há três pilares básicos, que em conjunto são necessários para que ocorra a inclusão digital: tecnologias da informação e comunicação, renda e informação. Para tanto, destaca a autora que a inclusão digital só ocorre quando o indivíduo passa a atuar como um produtor de conhecimentos e serviços. Esses conceitos evidenciam desafios maiores para o desenvolvimento de políticas públicas de inclusão digital, uma vez que colocam no centro da questão não apenas o aparato tecnológico de interação do homem na sociedade da informação, mas também inclui nessa perspectiva a necessidade de criar condições para que as pessoas possam ser capazes de interpretar as informações e os serviços que as novas tecnologias de informação e comunicação podem propiciar o que incluem políticas que venham estimular a educação da população e a capacidade de lidar com a tecnologia dentro do constructo da literacia midiática e informacional. Trata-se do conceito de competência informacional que, segundo Dudziak *apud* Pereira (2007, p. 3) pode ser definido como “o domínio sobre o universo informacional, incorporando habilidades, conhecimentos e valores relacionados à busca, acesso, avaliação, organização e difusão da informação e do conhecimento.”

Para Bonilla (2001, p.7) “aquele que está incluído é capaz de participar, questionar, produzir, decidir, transformar, é parte integrante da dinâmica social, em todas as suas instâncias”. Diante dessa premissa, o BRASIL (2015, p. 19) destaca que:

A partir dessa perspectiva mais abrangente, a exclusão digital deve ser vista como uma condição relativa, mutável no tempo, impactada por diversos fatores e, portanto, não se refere a uma noção dicotômica de ser ou não excluído, mas de gradação resultante de uma série de barreiras ao acesso equitativo: deficiências de infraestrutura, carências educacionais, baixa renda, inadequação de conteúdo, barreiras comportamentais, além das deficiências física, sensorial e motora.

No contexto heterogêneo brasileiro, diferenciado pelas suas características sociais, econômicas, culturais, geográficas, populacionais, educacionais, etc., apresentam-se evidências reais das diferenças de acesso às novas tecnologias de informação e comunicação. Se uma significativa parcela da população brasileira ainda é tolhida do acesso ao cenário de oportunidades conferido pela sociedade da informação e do conhecimento, uma vez que quase metade da população brasileira ainda não acessa Internet (CETIC, 2015), atenta-se para os fatores que poderiam influenciar nesse quadro.

O Estado, em seu papel de agente ou promotor de políticas de inclusão social, tem atuado na busca de soluções que ampliem as oportunidades para os cidadãos e garantam condições iguais para o acesso aos direitos fundamentais das pessoas. Contudo, ainda se tem evidências de que grande parcela da população brasileira ainda carece de recursos e tecnologia.

Além disso, a premissa de uma gestão mais eficiente de recursos disponíveis com informações rápidas e precisas para a tomada de decisões e para prestação de contas das ações de governo junto à sociedade reforça a necessidade da utilização das tecnologias de informação e comunicação pelos governos de todas as esferas de governo e, tanto quanto, pelos governos locais. Como consequência do incremento da informática como meio de desenvolvimento e de difusão de informações dentro dos governos municipais, exigiu-se mais eficiência e transparência das ações dos agentes políticos, o que impulsionou novas demandas de governo eletrônico dentro da emergente sociedade.

Nos últimos anos intensificaram-se ações de governo eletrônico, com iniciativas voltadas à ampliação do processo de informatização do serviço público e do uso da Internet como meio de disponibilização de informações públicas e gerenciamento de processos administrativos internos do governo, tais como compras públicas, avaliação de desempenho de pessoal, arrecadação de recursos e gestão orçamentária e financeira. Essas iniciativas evoluíram para além da e-administração pública, evidenciando também ações de governo eletrônico na prestação de serviços públicos à sociedade e em ações de integração de dados e informações, propiciando transparência pública, participação cidadã e controle social.

2.1. Trajetória evolutiva das políticas de inclusão digital no Brasil

Dentro de um panorama evolutivo, o BRASIL (2015) trouxe à tona as principais iniciativas do governo federal desde o advento da Internet no Brasil. Esse quadro cronológico sintético assim se apresenta:

Anos 1990 - Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI. br)

1997 - Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo)

2000 - Programa de Governo Eletrônico Brasileiro e Programa Rede Jovem, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), esse último, focado na implantação de telecentros

2002 - Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC) - fornecer conexões à Internet para telecentros, escolas, órgãos públicos localizados em regiões remotas e de fronteira.

2005 - Programa de Inclusão Digital (Lei nº 11.196/2005) - redução das alíquotas da contribuição para o PIS/ Pasep e Confins sobre a venda de equipamentos de informática produzidos no país. Projeto Cidadão Conectado – Computador para Todos (Decreto nº 5.542/2005) - desonerações de tributos federais e condições especiais de financiamento com a finalidade de reduzir o preço de equipamentos.

2007 - Projeto Um Computador por Aluno (UCA), inserido dentro do Proinfo - distribuição de computadores portáteis aos alunos da rede pública de ensino. Instituição do Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional (RECOMPE), de forma a suspender a exigência de IPI, PIS/PASEP e Confins dos equipamentos distribuídos (Lei nº 12.249/2010).

2008 - Criação do projeto Territórios Digitais – objetivo de oferecer gratuitamente acesso à informática e à Internet para populações rurais, por meio de telecentros (Casas Digitais). Lançamento do Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE).

2009 - Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades (Telecentros.BR) (Decreto nº 6.991/2009) - implantação e da manutenção de telecentros públicos e comunitários, formação e auxílio financeiro de monitores para as unidades. Criação do Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital (CGPID)

(Decreto nº 6.948/2009) - diretrizes gerais de gestão e aplicação dos recursos financeiros destinados ao Programa de Inclusão Digital.

2010 - Criação do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) (Decreto nº 7.175/2010) - ampliar o acesso à Internet em banda larga no país, um dos maiores obstáculos para a efetiva inclusão digital. Reativação da Telebras.

2011 - Criação da Secretaria de Inclusão Digital (SID) (Decreto nº 7.462/2011).

2012 - Programa Cidades Digitais - atender a prefeituras com infraestrutura de conexão à Internet em alta velocidade, formação de servidores públicos e disponibilização de aplicativos de governo eletrônico. Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL) - (Lei nº 12.715/2012): - benefícios tributários a empresas interessadas (suspensão de IPI, PIS, PASEP e Cofins). A Telebras iniciou efetivamente a construção de sua rede principal (backbone) e secundária (backhaul). Programa de lançamento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) (Decreto nº 7.769/2012). Tratativas para a construção de um novo cabo submarino conectando o Brasil e a Europa com previsão de conclusão em 2019.

2014 - Lançamento do Programa Amazônia Conectada, uma ação capitaneada pelo Exército Brasileiro, com a participação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP, com o objetivo de integrar, via fibra óptica subfluvial, o interior do estado do Amazonas.

2015 - Lançamento de um novo programa de inclusão digital para suprir as deficiências de infraestrutura (Programa Banda Larga para Todos (PBLT)).

Por essa trajetória, percebem-se muitos avanços, no entanto, no caso brasileiro muito ainda tem que ser feito para se aproximar a realidade de uma situação ideal, no que se refere a proposta de governo eletrônico e governança eletrônica por intermédio de políticas de inclusão digital. Contudo, vários estágios ainda devem ser cumpridos para que se alcance um nível ótimo.

Segundo Martini (2005, p. 1)

Estar incluído na sociedade é condição vital para o desenvolvimento de qualquer cidadão. Cabe às várias esferas de governo, também ao poder local, dar a oportunidade de incluir a população nos benefícios do mundo em rede, promover a cidadania digital e consolidar os direitos à cidadania. Acesso aos serviços públicos, o acesso à informação e o controle da implementação das políticas públicas serão otimizados no mundo da Internet.

Contudo, se em todos os municípios, os governos locais já acessam a Internet, pensar-se-ia nessa variável como um desafio já superado. Não há dúvida que esta reflexão, provoca novas perspectivas. Apesar de pesquisas já sinalizarem que todos os governos municipais possuem acesso à Internet, quando se observa o acesso da população brasileira, uma significativa parcela da população que não o tem (IBGE, 2012; CETIC, 2015). Ao se observar as variáveis de desenvolvimento tecnológico e de comunicação dos municípios brasileiros, destacam-se aquelas que retratam as políticas de inclusão digital. A necessidade de se investigar mais detidamente as políticas de inclusão digital no âmbito dos municípios brasileiros podem estimular novas pesquisas e trazer a tona esse assunto ainda carente de políticas efetivas.

Dentro dessa reflexão, como se medir as iniciativas de inclusão de digital no âmbito dos municípios brasileiros? Quais indicadores poderiam evidenciar aspectos que possam demonstrar como vem se desenvolvendo as iniciativas de inclusão digital? E como os governantes estão tratando esse tema?

Na busca de se identificar parâmetros de mensuração para essas políticas, destaca-se a classificação de Rondelli (2003). Essa autora apresenta quatro passos para a inclusão digital, a saber: (1º Passo) oferta de computadores conectados em rede; (2ºPasso) oportunidades de uso das tecnologias de informação e comunicação no cotidiano das pessoas; (3ºPasso) inclusão digital mediante políticas governamentais. E destaca aqui que “para se propor tais políticas, há novamente necessidade de pesquisa, muita pesquisa, que possa subsidiar, planejar e colocá-las em execução para o desenvolvimento deste setor”; (4ºPasso) inovação no uso das tecnologias.

Para a autora,

a inclusão digital é, dentre outras coisas, alfabetização digital. Ou seja, é a aprendizagem necessária ao indivíduo para circular e interagir no mundo das mídias digitais como consumidor e como produtor de seus conteúdos e processos. Para isto,

computadores conectados em rede e softwares são instrumentos técnicos imprescindíveis. Mas são apenas isso, suportes técnicos às atividades a serem realizadas a partir deles no universo da educação, no mundo do trabalho, nos novos cenários de circulação das informações e nos processos comunicativos. (RONDELLI, 2003, p.1)

De outra forma, o modelo apresentado pelo BRASIL (2015) sobre política de inclusão digital, identifica 4 eixos: 1) o primeiro eixo caracteriza-se pela implantação de infraestrutura de banda larga tomando por base o Programa Nacional de Banda Larga (alta velocidade, boa qualidade e preço acessível); 2) o segundo eixo baseia-se na disponibilização de acesso gratuito à Internet (Telecentros Comunitários, Telecentros BR e Programa CESAC); 3) o terceiro eixo retrata a implantação de redes metropolitanas de alta velocidade nas prefeituras, aplicativos de governo eletrônico e pontos de acesso à Internet livre e gratuito em espaços públicos (Programa Cidades Inteligentes); 4) o quarto eixo se apoia em atividades e projetos de formação e capacitação para uso das TIC's (Redes Digitais da Cidadania, Projeto Computadores para a Inclusão). O Quadro 1, a seguir apresenta o detalhamento dos quatro eixos das políticas de inclusão digital, segundo o BRASIL (2015).

Quadro 1: Eixos da Política de Inclusão Digital no Brasil

Eixo 1	<p>Implantação de infraestrutura de banda larga nas diversas regiões do país:</p> <ul style="list-style-type: none"> • acesso à internet em alta velocidade e de qualidade, a um preço acessível • Programa Nacional de Banda Larga.
Eixo 2	<p>Ações de inclusão do governo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • disponibilização de acesso público e gratuito à internet pela implantação dos chamados Telecentros. • Telecentros Comunitários, Telecentros.BR e Programa Gesac.
Eixo 3	<p>Implantação de redes metropolitanas de alta velocidade em prefeituras:</p> <ul style="list-style-type: none"> • fornecimento de aplicativos de governo eletrônico • disponibilização de pontos de acesso à internet para uso livre e gratuito em espaços públicos. • Programa Cidades Digitais <p style="text-align: right;">continua</p>

Eixo 4	continuação
<p>Apoio a atividades e projetos de formação e capacitação que visem à promoção do uso das TIC.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Redes Digitais da Cidadania, que apoia projetos de universidades em áreas temáticas relacionadas ao uso de TIC. • Projeto Computadores para a Inclusão, que, por meio de convênios com instituições que executam ações de formação e acondicionamento de computadores, promove a formação de jovens de baixa renda com a oferta de oficinas, cursos e treinamentos, com foco no acondicionamento e na manutenção de equipamentos de informática. 	

Fonte: Adaptado de (BRASIL, 2015)

O trabalho do BRASIL (2015), apesar dos eixos referenciados, destaca que no Brasil ainda não há consenso na caracterização de uma política pública integrada no que se refere às políticas de inclusão digital. Ao invés disso veem-se diversos programas de inclusão que coexistem de forma independente e desarticulada que se apresentam com diversas fragilidades relacionadas às metas, prazos e indicadores, além dos problemas na definição de responsáveis e falta de atualização periódica das ações pela ausência de avaliação efetiva dos programas.

Esse estudo, contudo, traz um retrato teórico que fundamenta a presente pesquisa. Os parâmetros traçados pelo BRASIL pelos eixos apresentados possibilitam o estabelecimento de pesos que podem ser atribuídos aos itens de análise pretendidos nesta pesquisa. O seu detalhamento será apresentado na seção destinada à descrição da metodologia da pesquisa.

3. O PODER EXECUTIVO LOCAL E AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS PREFEITOS

A Constituição de 1988 atribuiu aos municípios algumas competências comuns à União, Estados e Distrito Federal e outras privativas que ampliaram a autonomia local e que incluiu a outorga de competências exclusivas do poder de auto-organização.

As atribuições dos prefeitos são definidas pelas Leis Orgânicas Municipais, mas de maneira geral, consistem em funções de governo e em funções administrativas, exercidas seja diretamente pelo prefeito seja por servidores subordinados à sua direção e comando.

Segundo Silva (2010), as funções de governo envolvem: (a) as atividades políticas (como a representação do município, a direção geral dos negócios municipais,

relações com outras autoridades); (b) as atividades co-legislativas (como a sanção e veto em projetos de lei); e (c) as atividades executivas em sentido estrito (como a fixação de diretrizes e o planejamento da administração local). Já as funções administrativas são aquelas que incluem atividades rotineiras como a gestão do patrimônio da prefeitura, arrecadação de tributos, supervisão dos serviços locais, expedição de atos relativos à vida funcional dos servidores municipais, dentre outros.

Os prefeitos são eleitos para mandatos de quatro anos, segundo o sistema majoritário de votação. Dentre os cargos eletivos, o prefeito ocupa a posição de maior proximidade com a população. A centralidade do cargo o coloca em evidência para todas as demandas locais. Afinal, as cidades são a primeira base do desenvolvimento nacional. E, para todas as demandas da população do município, o prefeito é cogitado, aumentando sobremaneira sua responsabilidade perante a comunidade em direta proporção com o risco de desgaste político ante o insucesso no atendimento das expectativas locais.

Por tudo isso, exige-se dos prefeitos cada vez mais a excelência na gestão pública. Essa excelência deve ser alcançada pela atenção aos princípios basilares da Administração Pública inscritos na Constituição Federal (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência). Por tudo isso, o uso das tecnologias de informação e comunicação, dentro do contexto de uma sociedade da informação e do conhecimento, se faz necessário tanto para sua gestão interna do governo, quanto no estabelecimento de políticas que ampliem e estimulem o desenvolvimento local, o que inclui, dentre outros, iniciativas e ações de inclusão social, e de inclusão digital.

As características dos prefeitos, objeto da presente pesquisa, podem se refletir em sua capacidade governativa e evidenciar uma melhor predisposição a adoção de políticas aderentes aos seu perfil.

3.1. Características dos Prefeitos

3.1.1. Reflexos das gerações no perfil dos prefeitos

O estudo evolutivo de gerações marcantes muito pode contribuir para uma análise mais profunda acerca dos impactos sofridos e promovidos por elas na sociedade ao longo dos anos. É importante ressaltar a influência, de maneira incisiva, do desenvolvimento tecnológico crescente atrelado à mudança de perfil de cada geração,

principalmente após a Segunda Guerra Mundial, que representou, de certa forma, um marco digital.

Há grande divergência entre autores quanto à classificação exata das gerações, mas como elas estão diretamente relacionadas a fatos históricos e suas implicações é possível considerar aproximações. O quadro a seguir sintetiza os principais teóricos sobre estudos de gerações e identifica diferentes categorias.

Quadro 2: Divisão de gerações com base no ano de nascimento de seus membros

Geração	Período	Autor
A Geração Veteranos	1922 a 1945	Sullivan, Forret, & Carraher (2009)
	1922 a 1946	Dwyer, 2009
	Nascidos até 1950	Lombardia <i>et al.</i> , 2008
Geração Baby Boomers	1946 a 1964	Chen & Choi, 2008
		Egri & Ralston, 2004
		Smola & Sutton, 2002
		Westerman & Yamamura, 2007
		Sullivan, Forret, & Carraher (2009)
Geração X	1951 a 1964	Lombardia <i>et al.</i> , 2008
	1946 a 1959	Herzfeldt, 2008
	1945 a 1964	Wong <i>et al.</i> , 2008
	1945 a 1960	Cennama & Gardner, 2008
Geração Y	1965 a 1983	Lombardia <i>et al.</i> , 2008; Sullivan, Forret, & Carraher, 2009
	1965 a 1979	Smola & Sutton, 2002
	1965 a 1977	Chen & Choi, 2008
	1967 a 1979	Montana & Petit, 2008
	1967 a 1979	Dwyer, 2008
	1960 e 1980	Herzfeldt, 2008
	1965 a 1981	Wong <i>et al.</i> , 2008
1961 a 1979	Cennama & Gardner, 2008	
Geração Y	A partir de 1977	Chen & Choi, 2008
	A partir de 1978	Veloso <i>et al.</i> , 2008
	1980 a 1994	Cennama & Gardner, 2008
	1984 a 2002	Smola & Sutton, 2002
	1984 a 1990	Sullivan, Forret, & Carraher, 2009
Geração Y	1984 a 1990	Lombardia <i>et al.</i> , 2008
	1982 a 2000	Wong <i>et al.</i> , 2008

Fonte: Custódio (2013, p.58)

Tomando por base o Quadro 2 o presente trabalho irá considerar para efeito da pesquisa os seguintes parâmetros ou faixas de gerações:

- a) Geração dos Veteranos: nascidos entre 1925 e 1945;
- b) Geração Baby Boomers: nascidos entre 1946 e 1964;

- c) Geração X: nascidos entre 1965 a 1979;
- d) Geração Y: nascidos entre 1980 a 2000.

Os veteranos seriam aqueles nascidos entre os anos de 1925 e 1945, período de crises político-econômicas e Guerra. São, em geral, conservadores e possuem uma postura pouco flexível. Pode-se considerá-los, ademais, pouco adaptados às inovações tecnológicas dos últimos anos, uma vez que tiveram pouco contato com elas ao longo da vida.

Os baby boomers são pessoas nascidas após o fim da Segunda Guerra Mundial até o ano de 1964. O termo “baby boom” é utilizado em decorrência do notável crescimento da taxa de natalidade durante esse período. Sobre suas características, Kullock afirma:

Os baby boomers viveram na época da globalização, da ida do homem à lua, do capitalismo e do consumismo. Cultuaram o Rock and Roll, o movimento Hippie, a contestação política e social e os movimentos pela paz. Viveram também a guerra do Vietnã, a ideologia libertária e o feminismo, entre muitos outros movimentos que mudaram a sociedade. (KULLOCK, 2010, sp.)

Dessa forma, embora o acesso aos instrumentos de inovação tecnológica ainda fosse escasso, os baby boomers podem ser considerados menos rígidos e mais abertos a mudanças.

A geração X é compreendida como o conjunto de pessoas que nasceram entre os anos 1965 e 1979. São indivíduos concebidos em plena Ditadura Militar no Brasil e na conjuntura externa da Guerra Fria. Sendo assim, receberam uma educação rígida, porém vivenciaram importantes movimentos políticos.

A Geração Y nasceu em um cenário de intenso uso das tecnologias de informação e comunicação. Essa geração está intimamente relacionada ao advento da Internet e de um contexto globalizado no qual as redes sociais de instituem como um forte instrumento de mudança social.

O perfil dos prefeitos evidenciam todas as gerações aqui caracterizadas, com a prevalência de prefeitos da geração baby boomers. Esse perfil poderia exercer influência nas ações e nas políticas adotadas pelos governantes no contexto do uso

das tecnologias de informação e comunicação e das políticas de inclusão digital adotadas para os municípios que governam? Considerando essa possibilidade a pesquisa buscará identificar indícios dessa relação.

3.1.2. Reflexos da formação educacional no perfil dos prefeitos

A formação educacional dos prefeitos poderia influenciar nas suas prioridades de governo? Segundo Gohlman e Vaubel *apud* Modes (2012) o efeito do background educacional e profissional de banqueiros centrais de diversos países podem influencia na inflação praticada nos mesmos. Segundo Modes (2012), os autores defendem que dentre as profissões estudadas,

aqueles que tentam ter um controle maior da inflação são: funcionários do banco central, banqueiros e *businessmen*, nessa ordem. Já os sindicalistas e políticos são aqueles que menos se preocupam em ter a inflação controlada. Os efeitos do background educacional são bem menos robustos, somente tendo algum efeito quando o banco central é dependente e a taxa de câmbio é fixa. Nesse caso, estudantes de direito tem uma preferência para taxas de inflação maiores, enquanto estudantes de administração buscam um controle maior da inflação, maior até do que estudantes de economia.

Outro estudo destacado por Modes (2012) foi desenvolvido por Dreher, Lamla, Rupprecht e Somogyi (2006). Esses autores buscaram testar uma possível influência do background educacional e profissional de presidentes na implantação de reformas institucionais. Para Modes (2012),

Os autores possuem algumas hipóteses em relação às profissões dos governantes, por exemplo, eles acreditam que pesquisadores devem ser melhores em analisar e entender problemas econômicos complexos, já o conhecimento prévio de um político pode afetar a probabilidade de realizar escolhas socialmente ótimas. Enquanto que sindicalistas e empresários devem possuir um viés em direções opostas. Além disso, apontam que o background profissional e educacional pode ser interpretado como um sinal aos lobistas. Essas informações podem sugerir a esse lobista se tal governante será mais ou menos influenciado por ele. Isso poderia reduzir a pressões de grupos de lobistas, e assim aumentando o bem estar social de um país. (p. 15)

Dreher, Lamla, Rupprecht e Somogyi *apud* Modes (2012, p. 16) concluem que “há uma maior chance de reformas ocorrerem quando o governante tem experiência profissional com empresas ou ciências.” Essas conclusões confirmam a ideia de que

“a especialidade do governante é importante para a realização de reformas.” (MODES, 2012, p. 16)

Dentro dessas reflexões e estudos lança-se a questão sobre a possível influência do nível de escolaridade do prefeito em relação às suas prioridades no âmbito das políticas de inclusão digital. Entende-se que o fator educacional está intimamente ligado ao uso das novas tecnologias de informação e comunicação, de forma que se pode inferir que as tecnologias podem tanto impulsionar o processo de formação educacional quanto serem impulsionadas por influência de uma população com elevados níveis educacionais. Há de se pensar nessa questão e no fato dos governantes locais poderem ser influenciados por suas características pessoais ou perfil.

O estudo buscará possíveis indícios de influência do fator educacional, apesar de outros estudos, como o de Modes (2012) não ter conseguido identificar uma relação entre a educação e as iniciativas dos governantes municipais.

4 METODOLOGIA

A pesquisa ora proposta classifica-se como de natureza exploratório-descritiva, quanto ao tipo de abordagem, que envolve procedimentos metodológicos básicos de coleta de dados documental e bibliográfica. Trata-se de uma pesquisa essencialmente quantitativa a partir da análise de dados secundários provenientes das bases de dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais dos anos de 2009 e de 2012, do IBGE. O estudo envolveu uma análise comparativa de forma a buscar correlação entre as variáveis analisadas com vistas aos objetivos pretendidos. Para tanto, o estudo estabelece comparativamente aos anos de 2009, primeiro ano do governo municipal, e 2012, último ano do mandato do prefeito eleito em 2008, uma análise sobre a situação das políticas de inclusão digital dos governos municipais disponibilizada pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE em 2009 e em 2012 no intuito de se verificar evidências sobre as mudanças ocorridas nos dois anos estudados. Tais evidências apontaram para indícios de evolução, estagnação ou involução das políticas de inclusão digital nos governos municipais brasileiros. Em paralelo a essas informações a metodologia de análise, aqui apresentada, o estudo que correlacionou as possíveis mudanças identificadas entre os anos de 2009 e 2012 sobre as iniciativas

de inclusão digital, adotadas pelos governos locais e o perfil dos prefeitos eleitos em 2008 no que se refere à faixa etária e à escolaridade.

No presente trabalho, estabeleceu-se um quadro comparativo do quantitativo de municípios brasileiros em relação às características dos perfis dos prefeitos eleitos em 2008 e indícios de evolução, estagnação ou involução das iniciativas de inclusão digital adotadas nos governos locais, ocorridas entre o primeiro e o último ano do mandato dos respectivos prefeitos eleitos.

Para tanto, foram desenvolvidas as seguintes etapas de trabalho:

a) pesquisa bibliográfica sobre o perfil de prefeitos eleitos e políticas de inclusão digital. b) pesquisa documental a partir dos dados disponibilizados pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais sobre o perfil dos prefeitos eleitos em 2008 no que se refere à faixa etária e escolaridade e sobre as principais iniciativas de inclusão digital. c) análise comparativa entre as principais iniciativas de inclusão digital presentes nos municípios em 2009 e 2012 a fim de se verificar a existência de indícios de evolução, estagnação ou involução dessas características. d) análise da existência de possíveis correlações entre as características de perfil dos prefeitos eleitos em 2008 e indícios de evolução, estagnação ou involução das iniciativas de inclusão digital dos municípios brasileiros nos anos de 2009 e 2012.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

A partir dos dados levantados, principalmente, da base MUNIC, do IBGE, foi possível identificar alguns indícios de correlações entre o perfil dos governantes locais e evolução das ações de inclusão digital dos municípios entre o primeiro e o último ano de mandato do prefeito.

5.1. Considerações iniciais, encaminhamentos metodológicos, principais resultados e limitações da pesquisa

A se lançar na busca de informações sobre o cenário estudado foram identificadas limitações nas bases de dados utilizadas, uma vez que, apesar das bases MUNIC do IBGE se tratarem de pesquisas desenvolvidas com certa regularidade e com grau de desagregação (em nível de municípios) e abrangência (todo o território brasileiro)

suficientes para satisfazer os objetivos pretendidos, as variáveis analisadas apresentaram algumas diferenças nas edições 2009 e 2012.

As variáveis “Página da Internet Acessível à Pessoas com Deficiência” e “Informações e Serviços de Órgãos Públicos Disponibilizados em Quiosques ou Balcão Informatizado” foram respondidas apenas pelas prefeituras que possuíam página na internet. Aquelas que não possuíam ou tinham página em elaboração no ano de 2009 não responderam. Para os dados disponibilizados para o ano de 2012 a variável “Página da Internet Acessível a Pessoas com Deficiência” também foi respondida apenas pelas prefeituras que tinham internet. O número de resposta “não se aplica” se reduziu nesse ano. Para compatibilizar os dois anos foi necessário um ajuste em 2012. Em 2012 a pergunta sobre disponibilização em quiosques mudou de lugar dentro da base de dados. Foi necessário reconsiderar essa variável de forma que se atribuiu para essa variável a categoria de "não aplicável" a todos os municípios que responderam não possuir página na internet ou ter essa página em elaboração no ano de 2012.

Para minimizar possíveis problemas de interpretação do contexto estudado, criou-se uma estratégia de análise que pudesse ampliar a visão do pesquisador e permitir uma análise mais fidedigna da situação. Tal estratégia se resume a partir das fases detalhadas a seguir.

Fase 1: Com base nas 05 variáveis comuns escolhidas, abaixo relacionadas (ver Quadro 1), foram identificados os números absolutos e percentuais de municípios brasileiros em cada categoria no que se refere ao seu respectivo estágio de evolução acerca da comunicação e informática, a partir das classificações disponibilizadas pelas bases MUNIC.

Fase 2: Foi elaborado um índice sintético que agrupou as 05 variáveis identificadas a fim de que se pudesse consolidar em um indicativo representativo para cada ano, analisado o grau de evolução atribuído aos municípios pesquisados. O estabelecimento desse índice teve por finalidade criar condições de se avaliar a situação de evolução, estagnação ou involução da comunicação e informática nos municípios estudados. Para cada variável foram atribuídos valores (ver Quadro 3) que

melhor pudessem caracterizar sua evolução dentro dos atributos tecnológicos identificados.

Quadro 3: Variáveis de políticas de inclusão digital utilizadas na pesquisa, classificação de análise e valor atribuído para criação de índice sintético.– Brasil – 2017

Variável	Classificação	Valor atribuído	Eixo da Política de Inclusão Digital
Desenvolvimento de Políticas e planos de inclusão digital	Existe	2	PLANEJAMENTO
	Não Existe	0	
	Não possui internet	0	
Criação de Telecentros por iniciativa da prefeitura	Existe	3	ACESSO GRATUITO
	Não Existe	0	
	Não possui internet	0	
Computadores com acesso à internet disponibilizados para uso do público em geral	Existe	1	INFRAESTRUTURA
	Não Existe	0	
	Não possui internet	0	
Instalação de computadores na rede pública municipal de ensino com acesso à internet	Existe	5	ALFABETIZAÇÃO PARA USO DAS TICS
	Não Existe	0	
	Não possui internet	0	
Informações e serviços de órgãos públicos disponibilizados em quiosques ou balcão informatizado	Existe	4	SERVIÇOS E INFORMAÇÕES AOS CIDADÃOS POR MEIOS DE ACESSO GRATUITO
	Não Existe	0	
	Não possui internet ou internet em implantação	0	
Página da internet acessível à pessoas com deficiência	Visual	2	ACESSIBILIDADE
	Auditiva	2	
	Audiovisual	3	
	Não é acessível	1	
	Não possui internet ou internet em implantação	0	

Fonte: Elaboração própria

Fase 4: Foram classificados os índices gerados para cada município conforme um quadro de classificação (ver Quadro 4) estabelecido que categorizou o atendimento das variáveis da melhor situação esperada para a pior situação de comunicação e informática do município nos anos de 2009 e 2012. Para os valores atribuídos na Fase 3 verifica-se que a pontuação máxima possível é 18 pontos. Dessa forma, considerou-se que o município com pontuação abaixo de 50%, ou seja, 9 pontos será considerado ruim no atendimento às Políticas de Inclusão Digital e bom para pontuação acima de 50%. Desta forma, foram identificadas as seguintes categorias:

Quadro 4: Classificação do Nível de Atendimento às Variáveis de Políticas de Inclusão Digital dos Municípios – Brasil - 2017

Nível de Atendimento às Variáveis de Inclusão Digital dos Municípios		Classificação
BOM	Alto	Maior que 75 (>75)
	Médio Superior	Entre 50 e 75 (>50<75)
RUIM	Médio Inferior	Entre 25 e 50 (>=25<50)
	Baixo	Abaixo de 25 (>75)

Elaboração própria

Fase 5: Foram estabelecidas correlações acerca da evolução, estagnação e involução dos municípios analisados considerando-se a apuração do índice sintético com base em todas as variáveis identificadas. Foi elaborado um quadro comparativo de correlação entre os índices apurados para os anos de 2009 e 2012. Tal quadro apontou para um cenário geral de evolução ascendente no que se refere às ações relacionadas as políticas de inclusão digital analisadas, em conjunto.

Fase 6: Foram apuradas as principais características do perfil dos prefeitos eleitos para o mandato 2009-2012. Foram identificados os números absolutos e relativos de prefeitos eleitos em 2008 no que se refere a sexo, escolaridade, idade e ocupação.

Fase 7: Foram estabelecidas análises sobre as características dos prefeitos eleitos que poderiam guardar maior relação com as características evolutivas das ações de políticas de inclusão digital dos municípios observadas no mandato 2009-2012. Nesse sentido, buscou-se apurar uma maior relação entre os itens escolaridade e idade. Partiu-se do pressuposto que tais características poderiam exercer maior influência nas decisões sobre iniciativas do uso das tecnologias de informação e comunicação nas ações de governo, ou seja, prefeitos jovens e com formação superior completa teria, em tese, maior predisposição a adotar iniciativas de inclusão digital e de governo eletrônico em sua gestão do que prefeitos mais velhos e com pouca escolaridade.

A seguir são apresentados os gráficos e tabelas resultantes da apuração dos indicativos elaborados e detalhados os resultados obtidos através da presente pesquisa, que envolveu pesquisa documental e bibliográfica, com destaque para as

bases de dados e demais documentos produzidos pelo IBGE nas Pesquisas de Informações Básicas Municipais dos anos 2009 e 2012,

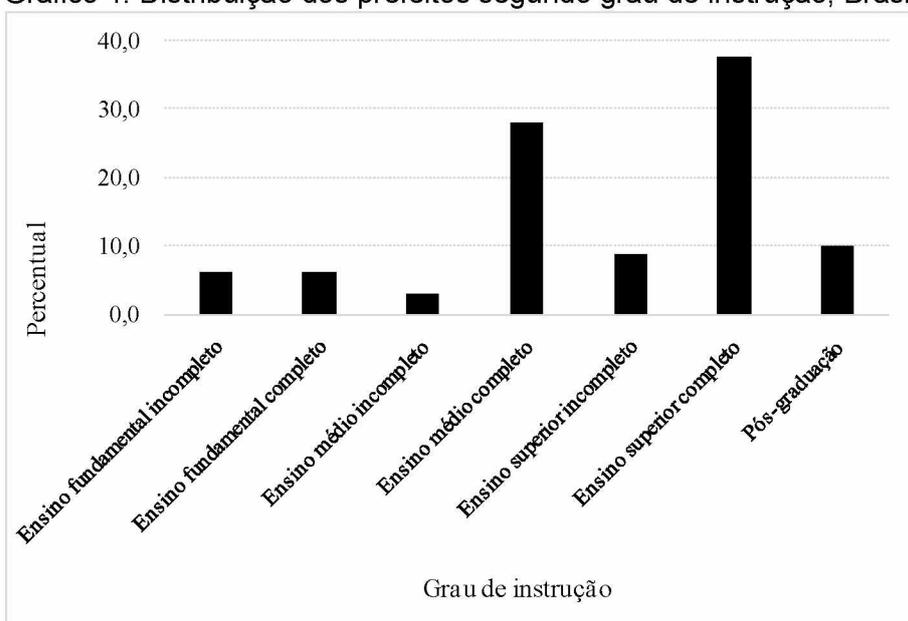
5.2. Principais características de perfil dos prefeitos eleitos em 2008, a saber: (a) escolaridade e (b) idade a partir da base de dados da Pesquisa Informações Básicas Municipais de 2009 e 2012.

a) Escolaridade

No que diz respeito ao nível de instrução dos prefeitos observa-se que em 2009 um percentual importante declarou ter ensino superior completo (37,6%) e pós-graduação (9,9%). Juntos esses grupos determinaram 47,5% do total de prefeitos. Entretanto, alguns prefeitos declararam grau de instrução inferior. Aqueles com ensino médio completo representavam 28,1% enquanto que 12,5% tinham ensino fundamental completo ou menos (fundamental incompleto).

O Gráfico 1 apresenta a distribuição de prefeitos segundo grupos etários eleitos para o mandato 2009-2012.

Gráfico 1: Distribuição dos prefeitos segundo grau de instrução, Brasil 2009

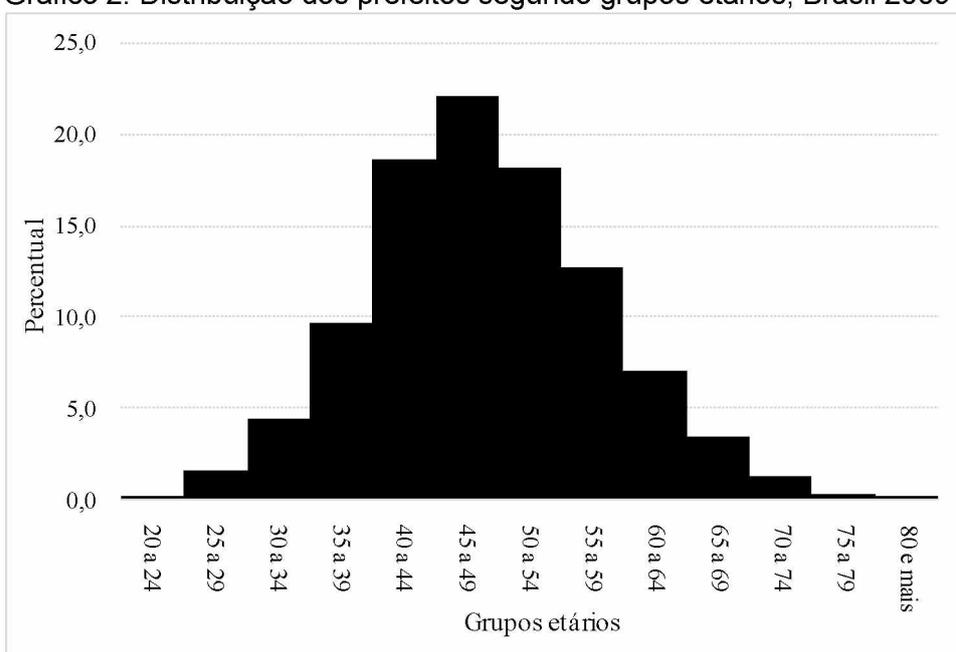


Fonte: dados disponibilizados pelo IBGE (2009). Elaboração própria.

Os resultados da pesquisa de informações básicas municipais de 2009 apontam concentração dos prefeitos nos grupos etários entre 40 e 54 anos. Representavam 58,7% do total. Aqueles mais velhos (55 anos ou mais) representavam 25,2% enquanto que para os mais jovens (20 a 39 anos) o percentual era de 16,1%. A distribuição de idade dos prefeitos apresentou idade média de 53,0 anos.

O Gráfico 2 apresenta a distribuição de prefeitos segundo grupos etários eleitos para o mandato 2009-2012.

Gráfico 2: Distribuição dos prefeitos segundo grupos etários, Brasil 2009



Fonte: dados disponibilizados pelo IBGE (2009). Elaboração própria.

5.3. Principais iniciativas relacionadas às políticas de inclusão digital dos municípios brasileiros nos anos de 2009 e de 2012 a partir das informações disponibilizadas pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE

a) Política ou plano de inclusão digital

O desenvolvimento de políticas e planos de inclusão digital nas prefeituras se faz presente de forma significativa nos municípios brasileiros. Do total de 5.564 municípios, 4.876 declararam desenvolver tais políticas e planos no ano de 2009,

correspondendo, portanto, a 87,6%. Em 2012, esse número subiu para 5.034 municípios, ou seja, 90,5%.

A Tabela 1 apresenta a distribuição dos municípios brasileiros segundo desenvolvimento de políticas e planos de inclusão digital em 2009 e 2012.

Tabela 1: Distribuição percentual dos municípios brasileiros segundo desenvolvimento de políticas e planos de inclusão digital, Brasil 2009 e 2012

Especificação	2009	2012
Sim	87,6	90,5
Não	12,4	9,5
Total	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir da MUNIC 2009 e 2012.

Além dessa informação as prefeituras foram questionadas sobre as ações implementadas por essa política. Essas questões foram respondidas apenas por aquelas prefeituras que responderam afirmativamente sobre ao quesito analisado anteriormente, ou seja, 4.876 municípios em 2009 e 5.034 municípios em 2012.

b) Criação de telecentros por iniciativa da prefeitura

A Tabela 2 apresenta o número percentual de municípios brasileiros com políticas de inclusão digital que registraram a criação de telecentros por iniciativa da prefeitura nos anos de 2009 e 2012.

Tabela 2: Distribuição percentual dos municípios com políticas de inclusão digital segundo criação de telecentros por iniciativa da prefeitura, Brasil 2009 e 2012.

Especificação	2009	2012
Sim	82,9	76,2
Não	17,1	23,8
Total	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir da MUNIC 2009 e 2012.

No que diz respeito à criação de telecentros por iniciativa da própria prefeitura 82,9% das prefeituras informou sua existência no ano de 2009. Interessante se observa que no levantamento realizado em 2012 esse percentual foi inferior, 76,2%.

c) Existência de computadores com acesso à internet, disponibilizados para uso do público em geral

No período em análise aumentou de forma significativa as prefeituras que tinham computadores, com acesso à internet, disponibilizados para o uso público em geral. Em 2009, representavam 43,6% passando para 69,9% em 2012.

A Tabela 3 demonstra a distribuição percentual dos municípios brasileiros com políticas de inclusão digital segundo computadores com acesso à internet disponibilizados para uso do público nos anos de 2009 e 2012.

Tabela 3: Distribuição percentual de municípios com políticas de inclusão digital segundo computadores com acesso à internet disponibilizados para uso do público em geral, Brasil 2009 e 2012

Especificação	2009	2012
Sim	43,6	69,9
Não	56,4	30,1
Total	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir da MUNIC 2009 e 2012.

d) Existência de computadores na rede pública municipal de ensino com acesso à internet

Questionados sobre a existência de computadores na rede pública municipal de ensino com acesso à internet, 70,8% das prefeituras respondem afirmativamente em 2009. No levantamento seguinte o percentual aumentou para 76,8%. A Tabela 4 apresenta o detalhamento desses dados para os anos de 2009 e 2012.

Tabela 4: Distribuição percentual dos municípios com políticas de inclusão digital segundo instalação de computadores na rede pública municipal de ensino com acesso à internet, Brasil 2009 e 2012

Especificação	2009	2012
Sim	70,8	76,8
Não	29,2	23,2
Total	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir da MUNIC 2009 e 2012.

e) Página na internet da prefeitura acessível a pessoas com deficiência

As informações referentes a acessibilidade a pessoas com deficiência e disponibilização de serviços de órgãos públicos em quiosque ou balcão foram respondidas apenas pelas prefeituras que tinham internet em funcionamento, ou seja, 3.338 e 4.145 em 2009 e 2012, respectivamente.

A Tabela 5 detalha as características de acessibilidade das páginas das prefeituras na internet nos anos de 2009 e 2012.

Tabela 5 : Distribuição dos municípios segundo página na internet da prefeitura é acessível a pessoas com deficiência, Brasil 2009 e 2012

Especificação	2009	2012
Visual	1,8	2,1
Auditiva	10,5	7,5
Audiovisual	1,0	1,5
Não é acessível	86,7	88,8
Total	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir da MUNIC 2009 e 2012.

Observou-se baixíssima existência de tais políticas e planos nas prefeituras brasileiras. Das prefeituras que declararam ter internet 86,7% relataram não existência de acessibilidade a pessoas com deficiência em 2009, aumentando para 88,8% em 2012. Das prefeituras que ofereceram alguma ação de acessibilidade, no ano de 2009, 13,3% delas declararam alguma ação às pessoas com deficiência. Dentre elas, destacou-se a “auditiva” em 10,5% das prefeituras. A acessibilidade “visual” e “audiovisual” encontrava-se em percentuais muito reduzidos, 1,8% e 1,0%, respectivamente. Em 2012, chama atenção que reduz o percentual com acessibilidade “auditiva” passando para 7,5% enquanto que “visual” e “audiovisual” aumenta.

- f) informações e serviços de inúmeros órgãos públicos são disponibilizados em quiosque ou balcão informatizado

Em relação às informações e aos serviços de órgãos públicos disponibilizados em quiosques ou balcão informatizado, apenas 6,5% das prefeituras declarou existir no levantamento de 2009. A grande maioria das prefeituras que tinham internet não oferecia esses serviços (93,5%). Curiosamente, no ano de 2012, esse percentual aumenta, passando para 96,1%.

Tabela 6: Distribuição dos municípios segundo informações e serviços de órgãos públicos disponibilizados em quiosques ou balcão informatizado, Brasil 2009 e 2012.

Especificação	2009	2012
Sim	6,5	3,9
Não	93,5	96,1
Total	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir da MUNIC 2009 e 2012.

Como as bases no MUNIC apresentadas não são idênticas em todos os quesitos disponibilizados, as próximas duas variáveis foram levantadas apenas em 2012. Foram elas: ações implementadas em parceria com Governo Federal e ações implementadas são realizadas por iniciativa exclusiva da prefeitura.

g) Ações implementadas em parceria com Governo Federal e ações implementadas por iniciativa exclusiva da prefeitura

Para essas variáveis o parceiro mais presente no desenvolvimento das ações relativas à inclusão digital foi o Governo Federal em 76,9% das prefeituras e em 26,3% dos municípios as ações foram desenvolvidas por iniciativa exclusiva das prefeituras. A Tabela 7 demonstra essas informações.

Tabela 7: Distribuição dos municípios segundo existem ações implementadas em parceria com Governo Federal e ações implementadas são realizadas por iniciativa exclusiva da prefeitura, Brasil 2012

Especificação	Parceria com o Governo Federal	Iniciativa exclusiva da prefeitura
Sim	76,9	26,3
Não	23,1	73,7
Total	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir da MUNIC 2012.

5.4. Índícios de evolução, estagnação ou involução nas principais iniciativas de inclusão digital presentes nos municípios brasileiros nos anos de 2009 e 2012 a partir da análise comparativa dos dados dos respectivos anos.

A partir da classificação estabelecida para avaliação das iniciativas de inclusão digital implementadas nos municípios brasileiros, foi elaborada a Tabela 8 que relaciona o índice atribuído aos municípios para as políticas de inclusão digital de forma a serem identificados indícios de evolução, involução ou estagnação dos municípios entre os anos de 2009 e 2012.

Com base nos resultados da Tabela 8 pode ser estudada a relação entre o perfil dos prefeitos e a situação evolutiva dos municípios no que se refere às ações de inclusão digital.

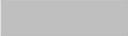
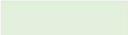
Tabela 8: Índice de atendimento das iniciativas de inclusão digital dos municípios nos anos de 2009 e 2012 com base na pesquisa MUNIC – Brasil, 2017

		ÍNDICE para o ano de 2012 (pontuação atribuída ao município a partir dos quesitos avaliados)																		Total de municípios	
		0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	
ÍNDICE para o ano de 2009 (pontuação atribuída ao município a partir dos quesitos avaliados)	0	74	34	7	16	13	25	29	23	20	14	20	63	37	1	1	0	1	0	0	378
	1	9	70	3	5	7	4	5	17	26	29	7	24	62	8	1	0	3	0	0	280
	2	1	4	4	1	3	3	3	5	6	2	0	6	7	1	1	0	0	0	0	47
	3	0	5	0	4	8	3	3	6	7	8	5	7	14	1	0	0	0	0	0	71
	4	1	3	0	4	3	0	1	0	2	2	0	4	15	2	0	0	1	1	0	39
	5	32	13	3	18	13	74	68	27	18	12	38	97	73	7	2	2	5	0	0	502
	6	10	13	4	10	17	26	59	60	24	23	30	94	166	9	2	1	7	0	0	555
	7	15	17	3	9	17	12	24	52	23	21	12	40	83	10	2	1	1	0	0	342
	8	8	28	0	10	13	7	11	21	53	35	9	48	64	16	0	0	5	0	0	328
	9	1	12	1	2	4	2	5	4	23	36	6	17	53	13	0	0	6	1	0	186
	10	20	9	2	6	17	20	29	34	29	20	62	116	117	11	2	0	2	2	2	500
	11	27	44	8	13	39	23	43	63	54	79	39	255	386	37	5	3	23	3	0	1144
	12	8	36	3	8	26	9	28	58	33	83	20	98	397	39	5	4	19	7	1	882
	13	0	5	1	2	4	4	2	4	5	10	1	9	56	26	6	0	3	5	1	144
	14	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	4	0	3	0	0	2	0	13
	15	0	0	0	0	2	0	1	3	2	4	0	3	15	3	0	0	2	0	1	36
	16	0	2	1	2	1	0	3	6	4	10	0	5	45	4	1	1	9	1	1	96
	17	0	0	0	0	0	0	0	1	1	4	0	0	5	2	0	0	2	2	0	17
	18	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	1	0	4
Total de municípios		206	296	40	110	188	212	314	384	330	393	250	886	1600	191	31	13	89	25	6	5564

Fonte: Elaboração própria

A seguir, Tabela 9 consolida a análise sobre os indícios de evolução, estagnação ou involução das principais iniciativas de inclusão digital presentes nos municípios entre os anos de 2009 e 2012.

Tabela 9: Distribuição dos municípios segundo evolução do índice de inclusão digital, Brasil 2009-2012

Grupos	Número	%
ESTAGNADOS		
 Estagnado ruim	429	7,7
 Estagnado bom	754	13,6
MELHORARAM		
 Ruim melhorou, mas permanece no ru	651	11,7
 Ruim melhorou e foi para o bom	1.213	21,8
 Bom que melhoraram	807	14,5
PIORARAM		
 Ruim que pioraram	435	7,8
 Bom que pioraram e foram para ruim	958	17,2
 Bom que pioraram, mas permanece n	317	5,7
Total	5.564	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir da MUNIC 2009 e 2012.

5.5. Quadro comparativo entre as características dos perfis dos prefeitos eleitos e os indícios de evolução das políticas de inclusão digital dos municípios.

As Tabela 10 e 11 correlacionam as características dos perfis dos prefeitos eleitos em 2008 e os indícios de evolução, estagnação ou involução das políticas de inclusão digital dos municípios, apuradas no primeiro e o último ano do mandato dos respectivos prefeitos eleitos, ou seja, nos anos de 2009 e 2012.

A Tabela 10 identifica os percentuais de municípios brasileiros que melhoraram, pioraram ou ficaram estagnados em face da adoção de iniciativas de inclusão digital relacionando-os com o perfil educacional dos seus prefeitos no período entre 2009 e 2012.

Tabela 10: Distribuição percentual dos municípios segundo evolução do índice de inclusão digital por grau de instrução dos prefeitos, Brasil - 2017

Grupos	Nível de escolaridade						Total
	Ensino fundamental incompleto	Ensino fundamental completo	Ensino médio incompleto	Ensino médio completo	Ensino superior incompleto	Ensino superior completo (1)	
ESTAGNADOS							
Estagnado ruim	9,8	7,9	2,6	28,7	9,3	41,7	100,0
Estagnado bom	4,4	4,4	2,8	28,8	9,2	50,5	100,0
MELHORARAM							
Ruim melhorou, mas permanece no ruim	7,7	8,0	3,7	27,6	8,0	45,0	100,0
Ruim melhorou e foi para o bom	6,5	6,3	3,5	28,5	7,5	47,7	100,0
Bom que melhoraram	5,0	5,0	3,3	26,6	9,7	50,4	100,0
PIORARAM							
Ruim que pioraram	7,4	9,2	2,5	29,4	7,6	43,9	100,0
Bom que pioraram e foram para ruim	6,2	5,4	2,5	28,3	11,2	46,5	100,0
Bom que pioraram, mas permanece no bom	5,0	5,4	3,2	26,2	7,9	52,4	100,0
Total	6,3	6,2	3,1	28,1	8,9	47,5	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir da MUNIC 2009 e 2012.

(1) Inclui pós-graduação.

Já a Tabela 11 estabelece a mesma correlação da Tabela 9 para o perfil grupos etários dos prefeitos. A Tabela 11 identifica os percentuais de municípios brasileiros que melhoraram, pioraram ou ficaram estagnados em face da adoção de iniciativas de inclusão digital relacionando-os com o perfil etário dos seus prefeitos eleitos em 2008.

Tabela 11: Distribuição percentual dos municípios segundo evolução do índice de inclusão digital por grupos de idade dos prefeitos, Brasil - 2017

Grupos	Grupos etários														Total
	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	50 a 54	55 a 59	60 a 64	65 a 69	70 a 74	75 a 79	80 e mais	Não respondeu	
ESTAGNADOS															
Estagnado ruim	0,0	0,7	5,8	11,2	18,9	20,0	16,3	15,4	7,2	1,4	1,6	0,2	0,2	0,9	100,0
Estagnado bom	0,3	1,9	4,0	8,6	16,8	21,5	19,6	13,8	7,0	4,6	1,2	0,4	0,1	0,1	100,0
MELHORARAM															
Ruim melhorou, mas permanece no ruim	0,3	1,8	3,7	10,6	19,4	21,8	16,0	13,5	7,7	3,5	0,8	0,3	0,3	0,3	100,0
Ruim melhorou e foi para o bom	0,4	2,2	4,1	9,0	17,9	23,7	19,0	11,7	6,8	3,5	1,0	0,2	0,3	0,2	100,0
Bom que melhoraram	0,2	1,4	4,1	9,9	17,6	23,0	18,1	12,8	7,8	3,2	1,4	0,1	0,2	0,1	100,0
PIORARAM															
Ruim que pioraram	0,0	1,8	5,1	9,9	19,8	19,3	16,8	12,4	8,0	4,6	0,9	0,5	0,0	0,9	100,0
Bom que pioraram e foram para ruim	0,1	1,7	5,7	9,5	19,6	20,6	19,2	12,3	5,6	2,6	1,6	0,6	0,4	0,4	100,0
Bom que pioraram, mas permanece no bom	0,9	0,3	2,8	10,1	19,2	24,6	16,4	10,4	7,6	4,1	2,8	0,6	0,0	0,0	100,0
Total	0,3	1,7	4,5	9,7	18,5	22,0	18,1	12,7	7,1	3,4	1,3	0,3	0,3	0,3	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir da MUNIC 2009 e 2012.

Ao se reagrupar as faixas etárias de forma a identificar perfis característicos de gerações classificadas pela literatura é possível verificar alguns indícios interessantes. Para essa classificação as categorias identificadas nesse reagrupamento foram os tradicionalistas (nascidos antes de 1945), os Baby Boomers (nascidos entre 1946 e 1964), a Geração X (nascidos entre 1965 e 1979) e a Geração Y (nascidos a partir de 1980).

Tabela 12: Número percentual de municípios classificados dentro da sua situação de evolução acerca das políticas e ações de inclusão digital adotadas entre 2009 e 2012 por gerações de prefeitos – Brasil - 2017

Grupos de municípios em termos de sua evolução entre 2009 e 2012 acerca das políticas e ações de inclusão digital adotadas		Gerações dos Prefeitos				Total
		Veteranos (nascidos entre 1925-1945) acima de 63 anos 2008	Baby Boomers (nascidos entre 1946-1964) 44-62 anos em 2008	Geração X (nascidos entre 1965-1979) 29-43 anos em 2008	Geração Y (nascidos a partir de 1980) 28 anos ou menos em 2008	
ESTAGNADOS						
	Estagnado ruim	6,8%	7,6%	8,3%	2,6%	22,2%
	Estagnado bom	15,5%	13,7%	12,8%	14,5%	5,6%
	Sub total 1	22%	21%	21%	17%	28%
MELHORARAM						
	Ruim melhorou, mas permanece no ruim	9,9%	11,7%	12,1%	13,2%	11,1%
	Ruim melhorou e foi para o bom	20,8%	22,4%	20,6%	27,6%	11,1%
	Bom que melhoraram	14,5%	15,0%	13,6%	14,5%	5,6%
	Sub total 2	45%	49%	46%	55%	28%
PIORARAM						
	Ruim que pioraram	8,5%	7,5%	8,1%	7,9%	22,2%
	Bom que pioraram e foram para ruim	16,2%	16,6%	18,8%	14,5%	22,2%
	Bom que pioraram, mas permanece no bom	7,7%	5,5%	5,6%	5,3%	0,0%
	Sub total 3	32%	30%	32%	28%	44%
	Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria

Ao se estudar a evolução das políticas municipais de inclusão digital e sua possível relação com o perfil dos prefeitos eleitos, buscou-se evidenciar indícios que pudessem conduzir a um panorama evolutivo que possa contribuir para uma melhor compreensão do quadro e auxiliar na elaboração e no aprimoramento das políticas públicas de inclusão da sociedade brasileira na sociedade da informação e do conhecimento. O trabalho retrata também a influência do perfil do governante nas ações de governo, de forma que os resultados apontam para indícios que relacionam o perfil etário às iniciativas de inclusão digital. Dentro dessa tese, a pesquisa trazer elementos que possam contribuir para o amadurecimento da consciência dos eleitores no processo de escolha de seus representantes para o poder executivo local.

Os resultados da pesquisa, contudo não trazem evidências muito claras da relação entre nível de escolaridade do prefeito e a adoção de políticas de inclusão digital no município. Fato esse que não foi comprovado a partir dos índices gerados na pesquisa. Observou-se, em contrário ao que se esperava a escolaridade não influencia na adoção de novas tecnologias de informação e comunicação nas iniciativas de governo eletrônico dos municípios. Também as diferenças entre sexo

dos prefeitos não trouxeram influência nas características de evolução da comunicação e informática dos municípios brasileiros.

Nota-se a partir da organização dos dados sobre idade com base nas gerações tradicionalistas, baby boomer, geração X e geração Y existe uma predisposição mais favorável para a políticas de inclusão digital adotada pela geração Y. Essa geração de novos prefeitos já nasceu no contexto das expansão das novas tecnologias de informação e comunicação e especialmente, da Internet. Fato esse que sinaliza um comportamento mais favorável a melhoria das condições dos municípios para ações de inclusão digital. Esses indícios colaboram com os objetivos da pesquisa em demonstrar possível influência do perfil do prefeito às prioridades governamentais no que se refere às novas tecnologias.

O trabalho, pois, traz contribuições acadêmicas ao possibilitar elementos capazes de ampliar a discussão teórica e científica sobre uma temática de grande importância no contexto de desenvolvimento tecnológico característico da sociedade do séc. XXI. Seus resultados ampliam reflexões sobre as políticas de inclusão digital no Brasil e provocam novas possibilidades de pesquisa estimulando o debate acadêmico sobre a questão. De outro lado, traz evidentes contribuições práticas para a própria elaboração de políticas públicas e para adoção de iniciativas locais que possam impulsionar a ampliação do acesso às tecnologias de informação e comunicação para toda a população brasileira.

6 REFERÊNCIAS

BARBOSA, Alexandre F. ; FARIA, Fernando I.; PINTO, Solon L. Governo eletrônico: um modelo para a sua implementação. In: CONGRESSO ANUAL DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO. São Paulo. **Anais**. p 1-15, 2004.

BONILLA, Maria Helena. O Brasil e a alfabetização digital. **Jornal da Ciência**, Rio de Janeiro, 2001.

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei no 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5o , no inciso II do § 3o do art. 37 e no § 2o do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Política pública de inclusão digital** - Tribunal de Contas da União. - Brasília: TCU, Seinfra Aero Telecom, 2015. 76 p.

CHAIN, Ali; CUNHA, Maria Alexandra; KNIGHT, Peter T. PINTO, Solon Lemos. **Egov.br: a próxima revolução brasileira**. 1 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004. 380 p.

CUSTÓDIO, L.S. **Servidores do setor público de Minas Gerais: valores pessoais e organizacionais, suas implicações e correlações com questão geracional**. 208 f. Tese (Doutorado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e Fundação Dom Cabral. Belo Horizonte. 2013

BAGGIO, R. 2000. A sociedade da informação e a infoexclusão. **Ciência da Informação**, vol. 29, no. 2, p. 16-21, 2000.

CETIC - **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC domicílios 2014**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2015. Disponível em http://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_Domicilios_2014_livro_eletronico.pdf
Acessado em 09/03/2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Informações Básicas Municipais. **Perfil dos Municípios Brasileiros 2009**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2009/>> Acessado em: 28/11/2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Informações Básicas Municipais. **Perfil dos Municípios Brasileiros 2012**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: < ftp://ftp.ibge.gov.br/Perfil_Municipios/2012/munic2012.pdf > Acessado em: 03/10/2016.

KULLOCK, Eline. **Você conhece os baby boomers?** - 2010. Disponível em: <<http://www.focoemgeracoes.com.br/index.php/voce-conhece-os-baby-boomers/>> Acessado em 12/04/2017.

MARTINI, Renato. Inclusão Digital & Inclusão Social. **Inclusão Social**. Brasília, v.1, n.1, p.21-23, out. 2004/ mar.2005.

MODES, Maria Guazzelli. **Perfil dos prefeitos e o padrão de gastos locais: evidências para municípios brasileiros** – 2012. 51 f. - Dissertação de Mestrado (MPFE) - Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo – SP, 2012.

PINHEIRO, Marta M. K. Observatório da inclusão digital: Descrição e avaliação dos indicadores adotados nos programas governamentais de infoinclusão. **Anais do VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação** 28 a 31 de outubro de 2007 - Salvador-BA

ROCHA, Carmem Lúcia Antunes. **O papel do Município na federação brasileira**. Anais do XXIV encontro nacional de procuradores municipais: 07 a 11 de setembro de 1998. Assembleia Legislativa do RS – Porto Alegre-RS.

RONDELLI, Elizabeth. Quatro passos para inclusão digital. **I-coletiva**. [S.l. S.n.], 2003. Disponível em: <www.comunicacao.pro.br/setepontos/5/4passos.htm> Acessado em: 30/08/2016.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010